

Maioria, mulheres devem decidir eleições presidenciais em El Salvador



Do [Opera Mundi](#)

Teresa Álvarez tem 65 anos e cuida do neto, de 17. Sem poder trabalhar pela idade avançada, ela se desdobra para conseguir administrar o pouco dinheiro que recebe da família, que vive no exterior. Todos os anos, o início do período escolar preocupava a salvadorenha, pois não havia dinheiro para comprar todos os itens necessários. No entanto, diz, há cinco anos Oscar começa as aulas com uniforme, sapatos e materiais escolares – tudo entregue pelo governo.

De acordo com as cifras oficiais do Ministério da Educação, em 2012 um total de 1,3 milhão de estudantes foram beneficiados por esse programa, uma cifra recorde em matrículas no setor público. “Para mim é uma grande ajuda, porque antes eu me preocupava muito quando não tinha dinheiro para comprar os materiais escolares para meu neto”, afirma Teresa.

Como ela, milhares de mulheres no país centro-americano foram beneficiadas por numerosos programas sociais, econômicos e de respeito aos direitos das mulheres, promovidos pelo governo de esquerda da FMLN (Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional).

As mulheres representam 52,8% de uma população de 6,2 milhões de habitantes, uma cifra importante em um país onde esse setor foi tradicionalmente excluído e onde a taxa de feminicídios é uma das mais altas do continente.

“Desde o começo do governo do FMLN, nós mulheres tivemos maior participação na gestão governamental. Nesse governo as reivindicações das mulheres receberam um impulso, um grande empurrão”, disse a Opera Mundi María Navarrete, vice-ministra de Interior.

Desde 2009, o governo promoveu leis contra a violência machista, uma política de gênero que garanta participação e um exitoso centro de atenção e capacitação de mulheres chamado Cidade Mulher. Os programas sociais também foram orientados para o desenvolvimento, saúde sexual e reprodutiva, sistemas cooperativos e o fortalecimento econômico, motivo pelo qual agora milhares de mulheres trabalham em oficinas de sapatos, costura ou montam suas microempresas.

À frente dessas políticas e do Cidade Mulher está a secretária de Inclusão Social, a brasileira Vanda Pignato, esposa do presidente de El Salvador Mauricio Funes e membro do PT (Partido dos Trabalhadores). O

programa recebeu diversos prêmios internacionais, entre eles o Américas 2011, concedido pelas ONU (Organizações das Nações Unidas) e a OEA (Organização dos Estados Americanos).

“Perto das eleições, os políticos ficam doidos para ganhar o voto das mulheres. Fechadas as urnas, elas voltam a ficar invisíveis. Criei um espaço para tornar visíveis mulheres que estavam invisíveis”, afirmou Vanda ao falar do Cidade Mulher, que reúne diversos serviços voltado especialmente para mulheres que sofreram violência.

Para a FMLN, o êxito dos programas sociais e econômicos que beneficiam as mulheres são a aposta para poder dar continuidade ao governo, que começou em junho de 2009. “Um país se dignifica, engrandece, quando a mulher ocupa o papel que lhe corresponde na sociedade”, disse Salvador Sánchez Cerén, ex-guerrilheiro e candidato da FMLN, durante o encerramento de sua campanha.

Segundo dados oficiais, o registro eleitoral está constituído por mais de 2,5 milhões de mulheres, que representam 53% dos eleitores. Segundo o presidente da entidade eleitoral, Eugenio Chicas, é o setor feminino que vai definir as eleições de 2 de fevereiro.

De acordo com a pesquisa “A Linha Histórica das Mulheres na Participação Política Cidadã em El Salvador (em tradução livre)”, publicada pela ISDEMU em 2013, a participação das mulheres nas eleições aumentou aceleradamente desde o ano 2000, saltando de 38,28% dos votos para 65,28% em 2009.